

O NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS COMO PROMOTOR DE IGUALDADE RACIAL NA UFAC

THE CORE OF AFRO-BRAZILIAN AND INDIGENOUS STUDIES AS A CREATOR OF RACIAL EQUALITY AT UFAC

Flávia Rodrigues Lima da Rocha
Universidade Federal do Acre/Rio Branco/Acre – flavia_rocha80@hotmail.com
Andressa Queiroz da Silva
Universidade Federal do Acre/Rio Branco/Acre – andressa.queiroz.silva@hotmail.com
Wállisson Clister Lima Martins
Universidade Federal do Acre/Rio Branco/Acre – wclmartins@gmail.com

RESUMO

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) da Universidade Federal do Acre objetiva de forma geral, apresentar ações realizadas pelo Neabi/Ufac. Esta pesquisa foi desenvolvida por meio da análise de documentos produzidos pelo núcleo, bem como por depoimentos de membros que participam ativamente de suas atividades. Os resultados indicam que a institucionalização do Neabi/Ufac ampliou as possibilidades de formação para ERER não apenas em quantidade de atividades, mas em alcance e diversidade de público, bem como em qualidade, devido ao formato agregador que ganhou o Neabi/Ufac, permitindo assim uma riqueza maior na diversidade de conteúdos e de sujeitos que o compõe.

Palavras-chave: Neabi/Ufac. Ações em ERER. Movimento Negro Educador.

ABSTRACT

The Core of Afro-Brazilian and Indigenous Studies (Neabi) of the Acre Federal aims in a general form to introduce actions performed by Neabi/Ufac. This research has been developed through documents' analysis produced by the core, together with depositions of members who actively take part of its activities. The results indicate that the institutionalization of Neabi/Ufac has increased the formation possibilities to ERER not only in quantity of activities, but also in range and diversity of public and quality, due the aggregator format that Neabi/Ufac has gotten, allowing so a greater richness in diversity of contents and subjects which compose it.

Key words: Neabi/Ufac, Actions in ERER, Black Educator Movement.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é o segundo maior país com população negra do mundo, porém um dos países onde, segundo [1], tem uma das mais altas taxas de racismo, uma vez que para o autor, o racismo brasileiro é um crime perfeito, já que ele se apresenta quase sempre escondido por detrás do discurso de que no Brasil não há discriminação racial, uma vez que o mito da democracia racial, desmascarado há anos por pesquisas nacionais e internacionais continua como pano de fundo ideológico negando a discriminação racial cotidiana praticada nos mais diversos espaços sociais.

Sabe-se que um dos motivos deste abismo entre o predomínio da população negra no Brasil e a consolidação de direitos se deve ao fato de sua exclusão em ambientes de ensino, uma vez que por séculos até mesmo o acesso à educação básica lhe fora negado

e que até hoje, mesmo havendo uma legislação específica para o enfrentamento ao racismo no ambiente escolar, como a lei 10.639/2003 [2], que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBNE), de 1996 [3], e obriga o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na Educação Básica, e a lei 11.645/2008 [4], que altera a Lei 10.639/2003 e incluía questão indígena, atribuindo, sequencialmente, aos cursos de formação inicial de professores a introdução do tema em seus currículos, essa discussão e mudança caminha a passos lentos em nosso sistema educacional, conseqüentemente, em nossa sociedade, que tem o racismo enraizado em sua constituição e imaginário.

O ensino superior tem papel extremamente importante na luta por promoção de igualdade racial, por meio de seus currículos, sobretudo os de licenciaturas, bem como através das ações afirmativas para acesso e permanência da população negra, que têm enegrecido as universidades, que na maior parte do tempo foram espaços quase que exclusivamente da população branca, como também por meio de pesquisas e extensões. Neste contexto, as universidades e os institutos federais têm ainda um elemento de muito valor nestas ações, que são os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Neabs) e correlatos, já que alguns acrescentam os estudos indígenas (Neabis) e outros têm nomes mais específicos.

Os Neabs/Neabis foram criados a partir de reivindicações do movimento negro e do ativismo, inclusive acadêmico, de docentes negros, já no século XX, quando este movimento assume outras dimensões em sua luta por uma educação antirracista. Segundo [5], nos anos 2000, a tensão contra o racismo se alarga no meio educacional e as discussões sobre raça, racismo e relações raciais crescem e quem se nega a fazê-la passa a ser questionado. Tendo a questão racial entrado na pauta política e acadêmica, cresceu a necessidade de se ter um organismo dentro da academia que pudesse conduzir estes debates e políticas afirmativas, por isso ampliou-se em muito o número de Neabs/Neabis nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil, alguns como núcleos institucionais e outros como núcleos autônomos, mas em ambos os casos, eles passam a ser “responsáveis pela realização de pesquisas, projetos de extensão, formação de professores, pelos debates políticos e acadêmicos, sobre o acesso e a permanência de estudantes cotistas nas Instituições de Ensino Superior” [5].

A Universidade Federal do Acre (Ufac), também acompanhou o ritmo das discussões das relações étnico-raciais que ocorriam no Brasil nos anos 2000. E teve nas primeiras décadas do século XXI ações voltadas para este tema, desenvolvidas por docentes militantes do movimento negro acreano e militantes de direitos humanos, ações

estas fortalecidas a partir da segunda década deste século, com a criação de uma especialização voltada para formação continuada de professores da educação básica, o Curso de Especialização Uniafro: Política de Promoção de Igualdade Racial na Escola, financiado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (*Secadi/MEC*), bem como a criação de ações de extensão de formações e práticas pedagógicas para as escolas, além disso pesquisas sobre o assunto aumentaram, devido aos trabalhos de conclusão da especialização e dos docentes envolvidos que passaram não só a orientar, mas também a institucionalizar suas próprias pesquisas. Outro importante movimento foi a realização em 2015 de um evento chamado de Semana em Favor de Igualdade Racial, que em 2019 teve sua quinta edição, e a Revista Acadêmica, homônima ao evento. Criou-se ainda em 2016 um laboratório de pesquisa institucional, o Observatório de Discriminação Racial, articulado com o movimento negro acreano, dentre outras ações de promoção de igualdade racial que foram surgindo e sendo fortalecidas pela instituição.

Assim, neste contexto de múltiplas ações de promoção de igualdade racial na Ufac, o Fórum Permanente de Educação Étnico-Racial do Estado do Acre, por meio de sua representante no Conselho Universitário Superior (Consu/Ufac), que também é docente da instituição, apresentou a proposta de criação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, em novembro de 2018, a proposta aprovada com apenas uma abstenção. Sendo a letra “I”, de indígena, acrescentada alguns meses depois, quando alguns indígenas se tornaram membros do núcleo, passando então o núcleo a se chamar Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi/Ufac).

Tendo em vista os fatos acima mencionados, este trabalho trata das ações do Neabi/Ufac neste seu primeiro ano de existência, apresentando problemáticas como: que ações foram promovidas pelo Neabi/Ufac em seu primeiro ano de existência? Em que medida as ações do Neabi/Ufac têm promovido uma educação antirracista, de caráter emancipatório e de valorização das diferenças? Como as ações do Neabi/Ufac tem alcançado a comunidade acadêmica e externa à academia? Que desafios enfrenta o Neabi/Ufac no atual cenário brasileiro?

À medida em que as políticas de ações afirmativas e de promoção de igualdade racial, de uma forma geral, foram crescendo no Brasil no Brasil, os Neabs/Neabis foram ganhando importância dentro das IES brasileiras, uma vez, que além das funcionalidades já descritas por [5] e apresentadas acima, este núcleos também podiam funcionar como legitimadores de suas instituições, contendo nesta situação aspectos positivos e aspectos

negativos, pois ao mesmo tempo em que estudos sobre a população negra ganhavam relevância nas pesquisas brasileiras e estes núcleos passaram a ser considerados importantes centros destes saberes. Em contrapartida, eles passaram a ser responsabilizados pelas gestões como porta vozes das universidades quando fiscalizadas no tocante ao cumprimento das legislações referentes à política de promoção de igualdade racial, como nos afirma [6], muitas ações dos Neabs/Neabis são mais resultantes de esforços focalizados de seus membros, ainda que docentes do ensino superior, do que frutos de ações promovidas pelas gestões centrais das universidades.

Outrossim, é inegável a importância dos Neabs/Neabis para a ruptura da herança colonizadora que estrutura a sociedade brasileira, incluindo seus sistemas de ensino, questiona-se a dogmática ciência colonial quando da inclusão de novos saberes e de novos sujeitos do conhecimento, por meio de suas pesquisas, formações, publicações e de outras ações por eles/elas realizadas, desafiando assim o currículo eurocêntrico e racista, frente à crescente legislação que defende o direito à diferença, desconstruindo-se assim o ensino monocultural e acolhendo novos personagens sociais em suas diversas experiências. Assim, “as políticas de ações afirmativas colocam as IES diante do desafio de produzir ciências e pluralizar conhecimentos que sejam capazes de alterar padrões desiguais e discriminatórios” [6].

Os Neabs/Neabis, incluindo o Neabi/Ufac, têm buscado estudar e discutir de que maneira o ensino superior na medida em que é um espaço científico, educativo e político, tem superado o padrão desigual e discriminatório das relações étnico-raciais no seu ambiente cotidiano.

Os Neabs/Neabis têm fundamental importância no cumprimento de diversas diretrizes, objetivos e metas de relevantes documentos que orientam o ensino superior e são previstos por eles, como o Plano Nacional de Educação (2014) [7], as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) [8] e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior (2015) [9].

Em tempos atuais em que se questionam estas árduas conquistas para a população negra, é importante que se revele as ações promovidas por um núcleo de estudos africanos e afro-brasileiros, demonstrando assim a necessidade dos trabalhos por ele desenvolvidos.

Além disso, sendo o Neabi/Ufac uma proposta do movimento negro acreano associado ao movimento negro acadêmico, é importante refletir sobre as atividades e a maneira como elas têm alcançado, não apenas a comunidade acadêmica, mas também

comunidades não-acadêmicas em um movimento que se dispõe a trazer uma re-educação das relações étnico-raciais para além dos bancos universitários.

Os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas são parte do que [5] chamou de *movimento negro educador*, pois o movimento negro educa a outros e educa a si mesmo, no processo de produção de seus saberes. Neste caso, almeja-se expor os saberes produzidos pelo Neabi/Ufac na interação com o coletivo e a maneira como eles subvertem a ordem pedagógica, para se repensar a escola e seus saberes colonizadores, em um processo de descolonização do conhecimento e de busca por uma justiça cognitiva [5].

Sendo os Neabs/Neabis formados por membros da academia e externos a ela, a produção destes núcleos e a discussão destas pode revelar o nível de interação com a comunidade em que a IES está inserida, bem como o nível a(as) forma(s) de diálogo(s) entre comunidade e academia. Diálogo este, prejudicado historicamente, pela auto-afirmação das universidades como detentoras oficiais do conhecimento e das verdades científicas, desprezando os outros saberes e dificultando assim sua interação com os movimentos sociais e com a comunidade em geral, da qual faz parte. Por isso, ações dos Neabs/Neabis que possam ser realizadas em articulação com a comunidade externa à universidade podem sinalizar um projeto educativo emancipatório, que não se reduz à educação formal, mas visa a educação como processo de formação humana, vivido por todas e por todos.

A pesquisa aqui apresentada buscou identificar as ações desenvolvidas pelo Neabi/Ufac ao longo do ano de 2019, ou seja, em seu primeiro ano de atuação, mapeando-as e distinguindo-as entre pesquisa, formação, evento, publicações, dentre outras. Além disso, esta pesquisa também procurou compreender o caráter e o alcance destas ações e, por fim, a pesquisa se propõe a refletir sobre os muitos desafios que o Neabi/Ufac enfrenta para que suas ações possam, de fato, ocorrer com a devida eficácia na luta contra o racismo.

2. CONHECENDO O NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (NEABI/UFAC)

Esta pesquisa trilhou o caminho da análise documental e da história oral para encontrar seus resultados por meio de documentos do Neabi/Ufac, como planejamentos, agendas de trabalho, atas de reuniões, materiais produzidos para e durante suas diversas ações, dentre outros. Além disso, também se contou com o depoimento de membros do

Neabi/Ufac que estiveram envolvidos nos trabalhos realizados pelo núcleo, desde a fase de planejamento, execução e avaliação.

Este texto se apoia teórico-metodologicamente em [5] por meio de algumas categorias de análises que a autora fornece ao discutir o movimento negro educador no Brasil. E também em [6], que, ao escreverem sobre o Neab/UFSCar apontam caminhos de como refletir e compreender melhor sobre as ações e a importância destes núcleos.

Em sua obra *O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas*, publicada em 2017, como fruto de seu pós-doutorado, sob orientação de Boaventura de Sousa Santos, Nilma Lino Gomes desenvolve algumas categorias para compreender e explicar o movimento negro brasileiro, que auxiliaram esta pesquisa o Neabi/Ufac em suas produções de saberes e de si mesmo.

A primeira categoria apresentada por [5] que auxilia na compreensão do Neabi/Ufac em suas realizações é a de **movimento negro educador**, que ela define como sendo o movimento negro “como produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil. Saberes transformados em reivindicações, das quais várias se tornaram políticas de Estado nas primeiras décadas do século XXI” [5]. A autora explica que, nesta lógica, os movimentos sociais, inclusive o movimento negro, são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não-hegemônicos, atuando como pedagogos nas relações políticas e sociais, tensionando os saberes e a sociedade para que os saberes não-hegemônicos ganhem o devido valor epistemológico e político, sendo assim, o movimento negro educador em sua trajetória e produção educa tanto a si mesmo como aos outros, a cada conquista, seja ao discutir o lugar da ação afirmativa no Brasil, ou trazer o tema do racismo para a ordem do dia da política universitária, ou em outras espaços em que as discussões sobre racismo, discriminação racial, crítica à democracia racial, desigualdade racial, educação das relações étnico-raciais, africanidades foram por séculos silenciadas.

Observando a maneira como [5] desenvolve o conceito de movimento negro educador, acima exposto, e sendo o movimento negro um ator coletivo e político, constituído por um conjunto variado de grupos e entidades, é possível identificar o Neabi/Ufac como constitutivo deste movimento negro contemporâneo brasileiro, inclusive dentro do movimento negro educador, que busca em suas ações reeducar e emancipar a sociedade e a si próprio e ao Estado, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, como é o caso das ações desenvolvidas pelo núcleo aqui em questão e melhor tratadas a seguir.

A segunda categoria é a de **pedagogias da ausência e da emergência**, conceito que ela constrói a partir do que [10] desenvolve com relação às sociologias da ausência e da emergência. A sociologia da ausência consiste em produzir a inexistência de algo como alternativa não credível ao que existe e objetiva transformar as ausências em presenças. Segundo a autora a produção da não existência ocorre sempre que determinada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável. Ao passo que a sociologia da emergência é a investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas, ampliando o presente e juntado ao real amplo as possibilidades e as expectativas futuras que ele comporta.

Quando converte-se estas definições sociológicas para conceitos pedagógicos e os usamos para refletir sobre as ações do Neabi/Ufac, podemos compreender como estas têm buscado a produção das pedagogias das ausências e das emergências através da produção coletiva de conhecimentos outrora silenciados e marginalizados, ausentes no contexto do ensino oficial e da educação formal, mas que precisam e podem emergir por meio de ações antirracistas que promovam e valorizem a pluralidades dos saberes e dos sujeitos do conhecimento.

A terceira categoria que este texto utiliza de [5] é a de **pedagogias abissais e pós-abissais**, que explica baseada também em [11], em que o pensamento abissal é o pensamento moderno ocidental, presente inclusive na ciência que produz, que despreza, desqualifica e separa os saberes e conhecimentos produzidos fora do eixo Norte do mundo. É a impossibilidade de copresença dos dois lados da linha, restando aos que ficam do outro lado apenas a inexistência, a invisibilidade, a ausência e o desprezo. Tendo, então, o pensamento abissal uma estreita relação com o **epistemicídio**, que é a morte do conhecimento e dos sujeitos que o produzem. Ou seja, o pensamento abissal é o pensamento do colonizador refletido em nossa sociedade, inclusive em nossos sistemas de ensino, como o ensino superior, por exemplo, com seus currículos e métodos abissais, excluindo e negando quaisquer outros conhecimentos que não seja o oficial, compreendido pela ciência moderna como verdade absoluta.

Em contrapartida, também pode ser produzido um pensamento pós-abissal, proposto por [11] e convertido por [5] em uma pedagogia pós-abissal,

que tem o potencial de derrubar os muros que separam os conhecimentos e as experiências sociais e construir uma reflexão teórica bem como uma ação política alicerçadas em uma prática político-epistemológica que possibilite a capacidade de comunicação e cumplicidade de modo sustentado com muitas entradas e saídas e sem perder as identidades [5]

Na contramão do pensamento abissal que predomina no ensino superior, os Neabs/Neabis, inclusive o Neabi/Ufac vem buscando construir conhecimentos pós-abissais, que possam tirar do limbo os conhecimentos e saberes que se localizam para além da linha Norte, conhecimentos produzidos por negros, negras e indígenas, trazendo estes conhecimentos e saberes para a categoria de ciência que precisa ser divulgada e valorizada.

A quarta categoria que este artigo irá utilizar a partir de [5] é a de **regulação-emancipação dos saberes**. Em que a regulação dos saberes consiste nos saberes que são selecionados para serem impostos à sociedade por meio do sistema educacional, saberes estes que têm em sua regulação a finalidade de manter o *status quor* do racismo, da desigualdade, dos saberes hierarquizados, dos povos discriminados e nisto manter a superioridade da branquitude e do saber colonizador. Enquanto que a emancipação dos saberes dá elementos para conhecer e destacar outras formas de racionalidade. A pedagogia emancipatória tensiona a pedagogia tradicional que ainda ocupa um lugar hegemônico no campo científico, configurando-se em uma pedagogia da regulação. Assim, os **saberes emancipatórios**, construído pela comunidade negra e organizados pelo Movimento Negro indagam essa pedagogia reguladora e conservadora. Por isso, o estudo crítico desses saberes traz para a teoria pedagógica não somente novos conhecimentos, mas

ajuda a conhecer e compreender novos processos de produção do conhecimento e outros conhecimentos, pressionado a repensar conceitos, termos e categorias analíticas por meio dos quais os processos educativos dentro e fora da escola têm sido interpretados via a racionalidade científico instrumental. [5]

Mais uma vez o Neabi/Ufac se relaciona com esta categoria desenvolvida por [5], no sentido de buscar em sua produtividade apresentar saberes emancipatórios que possam romper com a pedagogia tradicional, que regula os saberes, trazendo alternativas de conhecimentos e sujeitos, no intuito de emancipar a lógica a ciência moderna e abissal.

Interessante também para trazer para esta discussão é o texto de Tatiane Consentino Rodrigues, Ivanilda Amado Cardoso e Andreia Rosalina da Silva, ambas da Universidade Federal de São Carlos, sobre o Neab desta instituição, intitulado *Ações Afirmativas e Formação de Professores: diálogos e perspectivas a partir do Neab/UFSCar*, publicado em periódico, em 2019.

As autoras debatem o fato de que as universidades brasileiras estão sendo convocadas a participar da correção dos erros históricos como o colonialismo, a

escravidão, o extermínio físico e simbólico de povos nativos, africanos e afrodescendentes, o racismo, dentre outros. “Essa é uma responsabilidade da Instituição de modo geral, mas é uma provocação aos Neabs e/ou grupos correlatos no sentido de estabelecer aproximações e projetos consoantes sem que a autonomia dos estudantes seja fragilizada” [6].

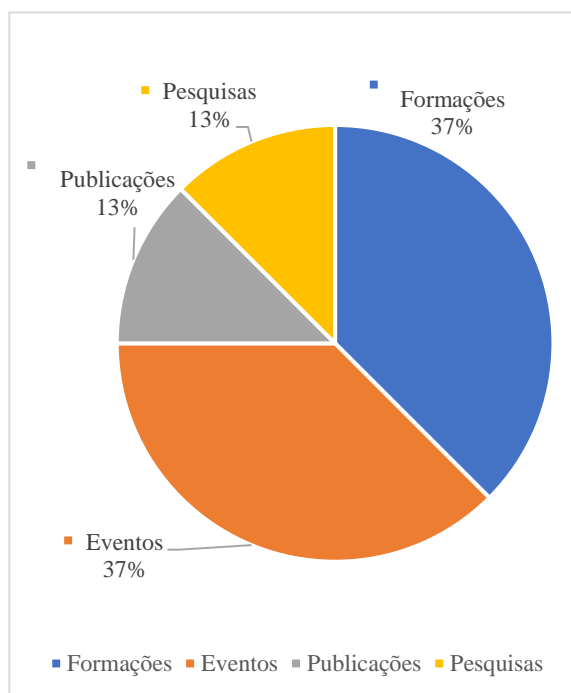
3. AS AÇÕES REALIZADAS PELO NEABI/UFAC EM 2019

Como já dito acima, o Neabi/Ufac foi criado mediante aprovação no Consu no final de 2018 e teve o início de suas ações em 2019, ano de grandes desafios, de várias ordens, mas também ano de grandes conquistas e realizações do recém-criado núcleo.

O Neabi/Ufac, por meio dos membros que o compõe, optou em ser uma organização colegiada, dividida em coordenadorias, sendo elas: Administrativa, Ensino, Pesquisa, Publicidade, Banco de Dados, Editorial e Publicação, Artes e Cultura e Ouvidoria. Cabendo às Coordenadorias organizarem e se responsabilizarem por atividades que lhe eram próprias, ainda que contando com o apoio coletivo de todo o núcleo para a realização das ações.

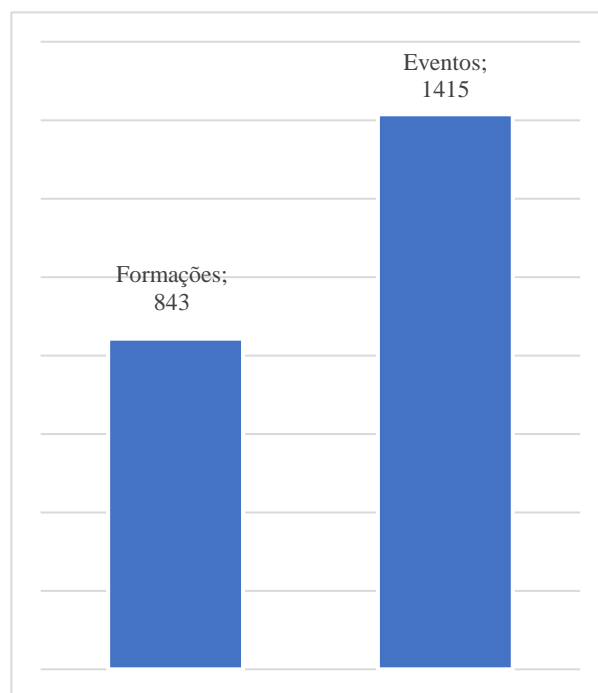
Observando os gráficos e a tabela, pode-se perceber que o Neabi/Ufac investiu muito nas formações em educação das relações étnico-raciais (ERER), sobretudo para a educação básica, mas também em seu universo acadêmico, inclusive através dos eventos. Esse movimento pode ser considerado incluso ao que [5] chamou de movimento negro educador, que educa a outros, como a comunidade externa à Ufac, por exemplo, mas também educa a si mesmo, inclusive, ressaltou-se a formação “Educação das relações étnico-raciais: a história da população negra no Brasil e os desafios da lei 10.639/2003”, com carga horária de 40h, que alcançou 143 pessoas em geral, a princípio era apenas para a equipe de trabalho do Laboratório Observatório de Discriminação Racial, com cerca de 20 pessoas, no máximo, que iam começar a pesquisa já detalhada na tabela 01 e carecia de alinhamento teórico. Porém, tendo em vista o grande interesse de outros acadêmicos e da comunidade em geral, as vagas foram ampliadas e se transformou em uma formação mais ampla. E ainda contemplou a comunidade externa e o movimento negro acadêmico, ou seja, pessoas ligadas às ações de promoção de igualdade racial da Ufac.

Gráficos 01: Caráter das ações de 2019, realizadas pelo Neabi/Ufac



Fonte: Neabi/Ufac

Gráficos 02: Público alcançado pelas ações de 2019, realizadas pelo Neabi/Ufac



Fonte: Neabi/Ufac

A fim de melhor apresentar os tipos de ações desenvolvidas pelo Neabi/Ufac será mostrada uma relação delas na Tabela 01, a seguir, em que também se discrimina o público alvo de cada ação, a carga horária e os desafios enfrentados, de acordo com parte da equipe que atuou em determinado trabalho citado.

Tabela 01: Ações desenvolvidas pelo Neabi/Ufac em 2019: caráter, objetivo, público alvo, carga horária, alcance e desafios

AÇÃO	CARÁTER	OBJETIVO	PÚBLICO ALVO	DESAFIOS
Seminário de Sensibilização em Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER)	Formação	Sensibilizar sobre a obrigatoriedade e necessidade de inserção das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008	<ol style="list-style-type: none"> 1. Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco – 4h – 294 pessoas alcançadas entre assistentes, professores e coordenadores. 2. Creche Maria José Bezerra –3h – 13 pessoas alcançadas entre professores e coordenadores. 3. Rede Municipal de Educação do Bujari – 4h – uma média de 150 pessoas alcançadas. 4. Creche Sagrado Coração de Maria – 3h – 12 pessoas alcançadas entre assistentes, professores e coordenadores. 5. Escola Estadual Rural Ruy Azevedo – 3h – 15 pessoas alcançadas entre professores. 6. Escola Municipal de Ensino Fundamental I Marilene Mansour – 3h – 15 pessoas alcançadas entre professores e coordenadores. 7. Secretaria de Educação e Esporte do Estado do Acre – 3h – uma média de 50 pessoas alcançadas entre formadores, assessores e coordenadores pedagógicos. 	Curto tempo disponibilizado.
Formação sobre as Leis 10.639/2003 e 11/645/2008 e práticas pedagógicas em ERER	Formação	Refletir sobre a obrigatoriedade das Leis 10.639/2003 e 11.6345/2008, apresentando e construindo coletivamente propostas de práticas pedagógicas que podem implantar as referidas leis.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Formação para a Escola Sesi – 6h – 30 pessoas alcançadas entre professores e coordenadores. 2. Educação das relações étnico-raciais no contexto das Escolas Regulares, dos Conselhos Tutelares e do Sistema Socioeducativo do Estado do Acre com foco nas Leis 10.639/2003, 11.645/2008 e no Estatuto da Igualdade Racial (aprovado em edital de financiamento da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial - Seppir) – 20h por unidade alcançada – 10 escolas, 03 conselhos tutelares e 01 sistema sócio educativo. 3. Educação das relações étnico-raciais: a história da população negra no Brasil e os desafios da lei 10.639/2003 – 40h – 143 pessoas alcançadas entre a comunidade acadêmica e externa em geral. 4. Refletindo e (re)aprendendo as relações étnico-raciais para uma educação antirracista – 40h – estimativa de 100 pessoas alcançadas entre assessores/formadores pedagógicos da Secretaria de Educação e Esporte do Estado do Acre. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Logística de tempo. 2. Curto tempo disponibilizado. 3. Não houve. 4. Quebras de agendas para os módulos e evasão dos participantes.
Formação sobre auto identificação e sobre discriminação racial no Brasil	Formação	Possibilitar a reflexão de adolescente sobre temas como o racismo no Brasil e a auto declaração de cor/raça.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Centro Socioeducativo Mocinha Magalhães – 3h – uma média de 12 reeducandas alcançadas. 	Não houve

Laboratório de Pesquisa Observatório de Discriminação Racial da Educação Básica	Pesquisa	Investigar a implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 na educação básica.	1. Práticas Pedagógicas em Educação das Relações Étnico-Raciais em Escolas de Educação Básica do Estado do Acre – 50 unidades de ensino alcançadas por meio de pesquisa com gestores, professores e grupo de discussão com alunos.	Falta de conhecimento por parte dos sujeitos da pesquisa e, conseqüentemente, do devido valor às leis em questão.
Revista Em favor de Igualdade Racial	Publicação	Contribuir para a divulgação de pesquisas e seus resultados científicos em políticas de promoção de igualdade racial	1. Raça, Gênero e Educação: contextos de lutas e resistências negras e indígenas – 1º Semestre de 2019. 2. Relações Étnico-Raciais: História, Cultura, Linguagens e Educação – 2º Semestre de 2019.	Falta de recurso humano e financeiro para melhor efetivar o trabalho.
II Novembro Negro na Ufac Racismo Institucional	Evento	Promover igualdade racial, dar visibilidade e valorização para a história e cultura afro-brasileira através de palestras, oficinas e atividades culturais em nível mais ampliado para toda a universidade.	1. Oficina de Máscaras Africanas na escola Alcimar Nunes Leitão – 3h – 17 alunos alcançados. 2. Mesa Redonda: Racismo na Saúde e Sofrimento Psíquico – 3h – 36 pessoas alcançadas entre universitários da Universidade Federal do Acre. 3. Mesa Redonda: Olhares sobre Territórios quilombolas – 3h – 54 pessoas alcançadas entre universitários da Universidade Federal do Acre. 4. Oficina de Abayomis para alunos de escolas da educação básica – 4h – 115 pessoas alcançadas entre alunos da educação básica. 5. Exposição de banners com resultados de pesquisa e sobre racismo institucional na Biblioteca e Restaurante Universitários – uma média de 1.000 pessoas alcançadas entre universitários da Universidade Federal do Acre.	1. Não houve. 2. Não houve. 3. Não houve. 4. Logística de espaço. 5. Não houve.
V Semana Em Favor de Igualdade Racial	Evento	Promover debates e reflexões sobre igualdade racial, dar visibilidade e valorização para a história e cultura afro-brasileira e indígena através de palestras, apresentações de trabalhos e atividades culturais.	<u>1. Minicursos:</u> 01 – Uma visão filosófica das religiões africanas e afro-brasileiras para a educação da alma – 12h – 11 participantes entre universitários e comunidade em geral. 02 – A fotografia como instrumento de pesquisa e de promoção de igualdade racial: noções básicas de fotografia – 12h – 11 participantes entre universitários e comunidade em geral. 03 – Feminismo negro: consciência, interseccionalidade e empoderamento – 12h – 14 participantes entre universitários e comunidade em geral. 04 – História e Imprensa: relações étnico-raciais nos jornais rio-branquenses – 12h – 14 participantes entre universitários e comunidade em geral. <u>2. Grupo de Trabalho:</u> 01 – História e Cultura Africana e Afro-Brasileira – 12 comunicações apresentadas. <u>3. Mesas Redondas:</u>	Logística de espaço.

			01 – Direitos Humanos: diálogos interétnicos e de gênero – 4h – 68 participantes entre universitários e comunidade em geral. 02 – Diálogos sobre História e Democracia – 4h – 63 participantes entre universitários e comunidade em geral.	
--	--	--	---	--

Outra consideração que pode ser feita por meio da tabela que aponta as formações realizadas pelo Neabi/Ufac é a consciência da predominância do saber abissal no ensino formal e também a consciência da necessidade de uma pedagogia pós-abissal para a implementação da educação das relações étnico-raciais, buscando apresentar essa pedagogia em suas formações, através de suas metodologias e conteúdos.

Parte do grupo de formadores, além da devida capacitação acadêmica e experiência com a temática, trata-se de indígenas e negras e negros, a fim de que, assim como se refere [5], essas pessoas passem a ser sujeitos e agentes do conhecimento e tenham seus saberes considerados científicos, contando de suas histórias e culturas, revelando quão importantes elas são para a construção de toda a nação e da identidade do povo brasileiro, rompendo assim com a pedagogia abissal. Isso também se reflete na pesquisa, nas publicações e nos eventos desenvolvidos pelo Neabi/Ufac.

As ações desenvolvidas pelo Neabi/Ufac revelam muito da pedagogia da ausência, uma vez que estas ações são pensadas de forma a suprir as ausências de conteúdos e discussões que apresentem e valorizem as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas, construindo assim, uma pedagogia da emergência, em que estes assuntos tradicionalmente silenciados são tratados de forma a construir uma nova educação das relações étnico-raciais, sobretudo nas ações que propõe novas práticas pedagógicas, como as formações que contemplam essa proposta em seus objetivos e nas publicações da revista *Em Favor de Igualdade Racial*, que é de temática exclusiva de enfrentamento ao epistemicídio e aos saberes regulatórios.

Em se tratando dos desafios enfrentados pelos membros do Neabi/Ufac para a realização de suas ações, o desafio mais citado pelos membros que forneceram dados para esta pesquisa foi o de ter pouco tempo durante as formações para tratar de uma temática tão negligenciada, sendo indicado, então, um espaço de tempo igual ou maior ao que se é fornecido ao ensino e divulgação do conhecimento abissal e/ou regulatório, baseado no conhecimento colonizador europeu. Porém, outros desafios também foram registrados, como a falta de logística do tempo e dos espaços de realização das formações, a quebra de agendas de formação, o que muito prejudica a ação, uma vez que todos os membros do núcleo trabalham como voluntários e militantes, tendo para além dessas atividades outras atividades profissionais, sociais e particulares para fazer. E até mesmo para os participantes a quebra de agenda limita a participação nas formações.

Considerou-se ainda como desafio para efetivar as ações do Neabi/Ufac o racismo estrutural, o que levou algumas destas ações sofrerem graves ataques e a oposição de alguns membros das secretarias de educação do município de Rio Branco e do Estado do Acre, que não se fizeram presentes e questionaram os conteúdos de caráter emancipatórios, dentre outras.

E por fim, registrou-se a falta de recurso humano e financeiro na realização as ações do Neabi/Ufac. Embora o núcleo esteja institucionalizado e tenha um laboratório também institucionalizado, ainda não há um recurso direto para ele, sendo que o recurso que consegue acessar é da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, ao qual ele está vinculado e cabendo diretamente a esta Pró-reitoria a destinação deste recurso, o que em tempos de crise como os atuais aumenta a disputa, prejudicando em muito o desenvolvimento, a efetivação e o alcance dos trabalhos do núcleo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É certo que em IES do Brasil a presença de Neabs/Neabis são de extrema importância, em qualquer época, uma vez que eles podem ser considerados pequenos quilombos no universo acadêmico que tem seu ensino ainda muito tradicional e extremamente eurocentrado. Assim, os Neabs/Neabis são núcleos de resistência a uma educação abissal e reguladora, propondo a todas e a todos um movimento negro educador, por meio de pedagogias da emergência, pedagogias pós-abissais e de saberes emancipados.

Percebe-se então, uma pluralização de trabalhos do Neabi/Ufac neste seu primeiro ano de existência institucional, tanto em quantidade quanto em tipo de ação. Percebe-se também um grande número de pessoas alcançadas, dentro e fora da universidade, através das ações de caráter interinstitucional, como as formações ministradas às secretarias de educação e das ações realizadas sem parcerias, elaboradas apenas pelo próprio núcleo, como sua Semana Acadêmica.

Entretanto é importante ressaltar que mais poderia ter sido feito se as universidades em geral não estivessem enfrentando uma séria crise financeira, dentre outras crises que as acometem nestes tempos difíceis. Além da crise financeira, a pequena ou completa ausência de educação das relações étnico-raciais da qual a escola e o próprio ensino superior privou a todos e todas, restando um forte racismo estrutural, sem mesmo que muitos compreendam o que seja exatamente essa modalidade de racismo e como ele se manifesta, também muito prejudica a distribuição mais justa de recursos dentro das IES.

Além disso, o forte racismo estrutural também se manifesta no curto tempo dado para as formações desta temática, que para estarem em pé de igualdade com o ensino eurocêntrico teria que, atualmente, ter mais tempo a ele destinado do que a conteúdos que privilegiem a história e a cultura do colonizador, que já vêm sendo ensinadas há séculos, em detrimento dos conhecimentos pós-abissais.

É importante notar que apesar de sérios desafios enfrentados pelo Neabi/Ufac no desenvolver de seus trabalhos, eles tiveram um bom êxito. Um dos motivos para isto é a rede de promoção de igualdade racial já formada no estado do Acre e na Ufac antes da existência do núcleo, através das ações que já eram desenvolvidas, sobretudo o Curso Uniafro: Política de Promoção de Igualdade Racial na Escola, que formou vários especialistas em ERER, dando o devido suporte humano, capacitado para as ações do núcleo. Além disso, o trabalho comprometido de pessoas da academia, de pessoas da gestão, de técnicos/as, de professores/as e alunos/as muito fortaleceram os trabalhos do núcleo e lhe deu suporte para caminhar no sentido da construção de uma sociedade justa, igualitária e antirracista.

REFERÊNCIAS

- [1] MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5. ed. rev. Amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. (Coleção Cultura Negra e Identidades)
- [2] BRASIL. Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 10.639/03 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura africana e afro-brasileira” e dá outras providências [Internet]. Brasília, DF; 2003. [acesso em 2020 jan. 20]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm
- [3] BRASIL. Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [Internet]. Brasília, DF; 2003. [acesso em 2020 jan. 20] Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm
- [4] BRASIL. Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 11.645/2008**, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” [Internet]. Brasília, DF; 2003. [acesso em 2020 jan. 20]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm
- [5] GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

[6] RODRIGUES, Tatiane Consentino; CARDOSO, Ivanilda Amado; SILVA, Andreia Rosalina. **Ações afirmativas e formação de professores: diálogos e perspectivas a partir do NEAB/UFSCar**. Roteiro, Joaçaba, v. 44, n. 2. p. 1-24, mai/ago. 2019.

[7] BRASIL. Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências [Internet]. Brasília, DF; 2003. [acesso em 2020 jan. 03].
Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>.

[8] BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira**. Brasília, 2004.

[9] BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada**. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015.

[10] SANTOS. B.S. Por uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. In: SANTOS. B.S. (org.). **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 777-821.

[11] SANTOS. B.S. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS. B.S. & MENEZES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-43.